



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO**

EDMILSON CÂNDIDO DE VASCONCELOS JÚNIOR

**IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA
EXTENSÃO PESQUEIRA DE CABEDELO – PB**

João Pessoa - PB
Maio/2016

EDMILSON CÂNDIDO DE VASCONCELOS JÚNIOR

**IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA
EXTENSÃO PESQUEIRA DE CABEDELO – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para a obtenção do título de Tecnólogo em
Gestão Pública, pelo curso de Tecnologia em Gestão
Pública da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Orientador: Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro

João Pessoa - PB
Maio/2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V331i Vasconcelos Junior, Edmilson Cândido de.

Importância socioeconômica das políticas públicas na extensão
pesqueira de Cabedelo – PB / Edmilson Cândido de Vasconcelos
Junior. – João Pessoa, 2016.

49f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Vanderson Gonçalves Carneiro.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Tecnólogo em
Gestão Pública) – UFPB/CCSA.

EDMILSON CÂNDIDO DE VASCONCELOS JÚNIOR

**IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA
EXTENSÃO PESQUEIRA DE CABEDELO – PB**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a Universidade Federal da Paraíba, com parte das exigências para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública

Aprovado em, 23 de maio de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: Vanderson Gonçalves Carneiro

Prof. Examinador: Hélio de Sousa R. Filho

Prof. Examinador: Maurício Sardá de Faria



AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por ter me dado forças para poder ser um guerreiro para conquistar meus objetivos.

Aos meus pais que me proporcionaram uma ótima educação e muito amor, sempre contribuindo para o meu melhoramento moral e pessoal.

A minha namorada Jéssica Tuany por ter muita paciência e ter me ajudado muito durante o final desse trabalho.

Aos meus professores Hélio Ramos, Vanderson Carneiro e Mauricio Sardá que participaram de forma direta e indireta na confecção desse trabalho.

A uma grande amiga, que infelizmente faleceu, porém contribuiu bastante na construção desse trabalho de conclusão de curso, ajudando-me a entregar os questionários que foram aplicados aos pescadores e aquicultores para a obtenção de dados para esse trabalho. Seu nome era Ana.

Aos meus amigos próximos que ajudaram com incentivos morais, dando força, para a conclusão desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar e demonstrar a importância socioeconômica, de maneira geral, que as políticas públicas implantadas pela Extensão Pesqueira no município de Cabedelo-PB, e os efeitos que elas podem causar (tanto com a presença do projeto das políticas públicas, como, também, com sua ausência) na vida dos pescadores e aquicultores do município que esse trabalho de conclusão de curso usou como objeto de estudo. Foi também realizada uma pesquisa de campo com questionário elaborado a partir da teoria da área de pesca e aquicultura e idealizada para os pescadores e aquicultores de Cabedelo-PB, os resultados desse questionário foi de grande importância para que se detectasse gargalos e pontos relevantes para análise socioeconômica dos grupos envolvidos. O trabalho também buscou analisar a existência da Economia Solidária no ramo pesqueiro e como ela poderia ajudar para o incentivo socioeconômico com os trabalhadores e familiares que dependem da pesca e aquicultura de forma solidária e coletiva.

Palavras-chave: Importância socioeconômica; Extensão Pesqueira; Pesca e aquicultura; Economia Solidária.

ABSTRACT

This study aimed to analyze and demonstrate the socio-economic importance, in general, that public policies implemented by Fisheries Extension in the municipality of Cabedelo, PB, and the effects they can cause (both with the presence of public policy design, as also, with its absence) in the life of the city of fishermen and aquacultures this course conclusion work used as an object of study. Was also carried out one questionnaire with field research drawn from the fishing area of theory and aquaculture and idealized for fishermen and aquacultures Cabedelo-PB, the results of this questionnaire was of great importance as to detect bottlenecks and relevant for analysis socioeconomic groups involved. The work also sought to analyze the existence of the Solidarity Economy in the fishing industry and how it could help to socio-economic incentive to workers and their families who depend on fishing and aquaculture jointly and collectively.

Keywords: Socio-economic importance; Fisheries Extension; Fisheries and aquaculture; Solidarity Economy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	13
2.1 Fonte e Tipos de Dados.....	13
2.2 Método de coleta dos dados	13
3. POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESCA E AQUICULTURA DO ÂMBITO NACIONAL AO MUNICIPAL	15
3.1 Pesca e aquicultura com Economia Solidária	18
3.2 Terminal pesqueiro de Cabedelo e as políticas públicas.....	22
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	38
ANEXO	40

1. INTRODUÇÃO

O processo de investimentos, isto é, implementação de políticas públicas¹ voltadas para o desenvolvimento local² e da pesca, na Extensão Pesqueira³, no litoral brasileiro, é algo recente comparado ao início do serviço oficial da Extensão Pesqueira (BRASIL, 2010).

O início de implementação de políticas públicas ligadas a atividade pesqueira no Brasil deu-se oficialmente nos anos 60, porém nesse início teve-se um processo de políticas descontinuadas no setor ocasionando a incapacitação do fomento do mesmo. Nesse período de descontinuidade foi desconsiderado o incentivo à produção e à organização dos pescadores e pescadoras e, também, as demandas do setor pesqueiro. Já os investimentos efetivos foram realizados a partir de 2003 (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2010).

Segundo CALLOU (2010), é perceptível que o processo da “ajuda” de fortalecimento no setor pesqueiro sofreu um apagão de aproximadamente quarenta anos. Somente a partir de 2003 foram implantadas políticas públicas no setor de aquicultura e pesca pelo governo federal, com o intuito de alavancá-lo e, assim, estimular o fortalecimento institucional de grupos que possuem ligação direta e indireta com o referido setor, por exemplo: pescadores, aquicultores, técnicos, secretarias ligadas a Extensão Pesqueira, famílias dos pescadores, comerciantes, consumidores de pescados, etc.

Em 29 de junho de 2009, foi a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio da Lei nº 11.958. A criação do Ministério foi um resultado de um esforço conjunto entre poder público e sociedade civil. Foram estabelecidas várias políticas pelo Brasil, com o objetivo de recuperar o tempo perdido pela a inatividade ocorrida no setor pesqueiro (MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA, 2010).

Vale salientar que Ministério da Pesca e da Aquicultura é um órgão da administração federal direta e, entre as várias competências definidas pelo decreto 6.972/2009, é responsável pela implantação de uma política nacional pesqueira e aquícola, transformando esta atividade econômica em uma fonte sustentável de trabalho e renda. O

¹ Segundo HOFLING (1991), pode-se definir políticas públicas como o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

² Deve-se ser destacado que desenvolvimento local compreende um processo de aproveitamento prioritário das potencialidades sociais, econômicas e culturais das populações e organizações locais, na espera de independência social e política (FRANCO, 2001).

³ Esse serviço vem sendo realizado desde 2003 com a finalidade de ajudar no desenvolvimento da aquicultura e pesca no Brasil. (BRASIL, 2010)

órgão da administração direta, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, tem como principais assuntos:⁴

- I. Política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem;
- II. Fomento da produção pesqueira e aquícola;
- III. Implantação de infraestrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura;
- IV. Organização E manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;
- V. Sanidade pesqueira e aquícola;
- VI. Normatização das atividades de aquicultura e pesca;
- VII. Fiscalização das atividades de aquicultura e pesca no âmbito de suas atribuições e competências;
- VIII. Concessão de licenças, permissões e autorização para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional, compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes e águas internacionais, excluídas das Unidades de Conservação federais e sem prejuízo das licenças ambientais previstas na legislação vigente:
 1. Pesca comercial, compreendendo as categorias industrial e artesanal;
 2. Pesca de espécimes ornamentais;
 3. Pesca de subsistência;
 4. Pesca amadora ou desportiva.
- IX. Autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca e de sua operação observados os limites de sustentabilidade estabelecidos em conjuntos com o Ministério do Meio Ambiente;
- X. Operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;
- XI. Pesquisa pesqueira e aquícola;

⁴ Estrutura. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/estrutura>>. Acesso em: 24 jun 2014.

- XII. Fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados Registro Geral da Atividade Pesqueira relativos às licenças, permissões e autorização concedidas para pesca e aquicultura, para fins de registro automático dos beneficiários no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;
- XIII. Planejamento e gestão social da aquicultura e pesca em diferentes escalas territoriais e dentro de recortes prioritários do Ministério, demais órgãos da Administração Federal e outros entes federados;
- XIV. Articulação de políticas públicas com diferentes entes federados, de modo a promover sustentabilidade da atividade e a qualidade de vida dos pescadores e aquicultores.

Uma das cidades que participam de políticas para expansão pesqueira no Brasil é Cabedelo-PB, considerada uma cidade com grande potencial pesqueiro, esse potencial se amplia devido a logística privilegiada, podendo escoar seus produtos tanto pela rodovia federal BR-230, ou pela linha férrea, quanto pelo aeroporto mais próximo, que está a 37 km de distância (MENDES, CALLOU, TAUK, 2010, p. 94).

Especificamente, o estudo está voltado para as pessoas que trabalham de forma artesanal, ou seja, para quem realiza a sua atividade em até 20 metros de profundidade na costa brasileira. A partir disso, buscou coletar dados importantes para identificar se os programas do governo federal têm interferência direta (econômica, cultural e social) com os trabalhadores ligados diretamente ao terminal pesqueiro (MENDES, CALLOU, TAUK, 2010). Os programas serão melhor especificados no capítulo 3 deste trabalho.

A pesquisa feita para a realização deste trabalho de conclusão de curso teve como objetivo analisar a importância socioeconômica de políticas públicas sobre grupos diretamente envolvidos com a Extensão Pesqueira do município de Cabedelo - PB. Sendo assim, como objetivo específico, buscou demonstrar se todos os programas previstos pelo governo federal estão sendo executado no terminal pesqueiro público de Cabedelo por meio da Extensão Pesqueira (que teve início em 2003) e se esses programas são do conhecimento da comunidade pesqueira de Cabedelo, ou seja, se a comunidade pesqueira do município sabe da existência dos programas do governo federal. Seguindo essa linha, o trabalho buscou também descrever se há melhorias sociais e, se existirem, quais foram as melhorias trazidas pelo setor de pesca depois da implementação de políticas públicas. E, por último, a pesquisa

procurou analisar se há (ou não) problemas na produção e venda dos pescados no setor pesqueiro de Cabedelo.

Devido à importância tanto econômica como as importantes alterações sociais que a Expansão Pesqueira pode ocasionar para o município de Cabedelo, a análise que este trabalho mostrará é importante para a compreensão das políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro do mesmo, e se elas contribuem (ou não) para a sociedade ligada diretamente com a pesca artesanal, também buscando informações sobre o conhecimento da população para as atividades prestadas a partir da Extensão Pesqueira em Cabedelo, Paraíba (MENDES, CALLOU, TAUK, 2010, p. 94).

A busca por informações pretendida por esse trabalho visa, também, destacar a importância da produção e venda do pescado. Já que o tema deste trabalho tenta abordar, em sua essência, a busca por informações na área pesqueira e também pela a pesca ser a terceira atividade econômica mais importante para o município de Cabedelo.

Segundo o Ministério de Pesca e Aquicultura:

O reconhecimento da importância do setor da pesca e aquicultura para o desenvolvimento do País passou pela implantação gradual de uma política de fortalecimento institucional. A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), a promulgação da Lei da Pesca, a realização das três conferências nacionais e o Encontro Nacional das Mulheres foram marcos fundamental nesse movimento político. O principal resultado alcançado pelo MPA diz respeito ao aumento da produção de pescados: de 1 milhão de toneladas por ano (2003), para 1,24 milhão de toneladas por ano (2009), sendo 66,5% da pesca extrativa e 33,5% de aquicultura. Também houve aumento no consumo de pescado: de 6,8 kg/hab/ano (2003) para 9 kg/hab/ano (2009), um crescimento médio anual de 6% no período. Em 2009, 96% da produção foi comercializada internamente (BRASIL, 2010, pág.171).

Essa passagem do autor ressalta a importância da evolução da produção e do consumo. Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que a quantidade mínima de consumo de peixe é de 12 kg/hab/ano. É previsto que até 2030 a demanda internacional de pescado aumente em mais 100 milhões de toneladas por ano, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)⁵. O Brasil é um dos poucos países com condições de atender o aumento da demanda mundial por produtos de origem pesqueira, principalmente quando se fala de aquicultura. A produção mundial até o ano de 2014 é da ordem de 126 milhões de toneladas de pescados. Segundo a FAO (2009), o Brasil poderá

⁵ FAO – Pesca e Departamento da Aquicultura, O Estado Mundial da Pesca e da Aquicultura - 2008 SOFIA. Disponível em: <<http://www.fao.org>> acesso em: 09 jul. 2009.

tornar-se um dos maiores produtores do mundo até 2030, ano em que a produção pesqueira nacional teria potencial de atingir 20 milhões de toneladas.⁶

A divisão do trabalho de conclusão de curso, além da Introdução, está dividida no capítulo 2, que apresenta a metodologia que foi elaborado o trabalho. O terceiro capítulo apresenta políticas públicas da pesca e aquicultura do âmbito nacional ao municipal, que aborda o diálogo teórico com os autores da área de pesca e aquicultura, junto com abordagem teórica sobre a Economia Solidária. O quarto capítulo é a análise de resultados da pesquisa de campo realizado com pescadores e aquicultores do município de Cabedelo.

⁶ O POTENCIAL BRASILEIRO PARA A AQUICULTURA. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/aquiculturampa/informacoes/potencial-brasileiro>>. Acesso em: 02 jun 2014

2. METODOLOGIA

2.1 Fonte e tipos de dados

Os dados primários serão os questionários com as pessoas ligadas a atividade pesqueira para saber qual é a real ligação da comunidade pesqueira de Cabedelo em relação ao programa do governo federal (Extensão Pesqueira); e os dados secundários serão outros trabalhos realizados anteriormente, voltados ao tema de políticas públicas de desenvolvimento local, preferencialmente, com abordagens referentes Extensão Pesqueira e estudos que abordam temas relacionados à aquicultura e pesca.

Para abordar as políticas públicas presentes no terminal pesqueiro de Cabedelo explanaremos brevemente sobre o município onde foi realizada a pesquisa. O município de Cabedelo – PB está localizado a 18 km de João Pessoa, capital paraibana, que tem uma população de aproximadamente 54.556 (IBGE – 2007). Encontra-se entre o estuário do Rio Paraíba, Oceano Atlântico e a cidade de João Pessoa (MENDES, CALLOU, TAUK, 2010).

A comunidade pesqueira do município de Cabedelo, em 2008, era de aproximadamente 2.724 pescadores e 1.343 pescadoras que viviam exclusivamente da atividade pesqueira, segundo dados coletados na Colônia Z2 desse município, dados coletados pela Secretaria de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo (MENDES, CALLOU, TAUK, 2010).

Para a obtenção de dados importantes (dados primários) para a estruturação do trabalho será realizada uma pesquisa de campo com as pessoas que estão ligadas a atividade pesqueira no município de Cabedelo - PB, para saber qual o grau de participação e contato com as políticas públicas implantadas. A complementação da estrutura metodológica será realizada com a obtenção de dados de órgãos e grupos, sendo eles: Ministério da Pesca e Aquicultura; Seap/PR; SPMA de Cabedelo; Colônias de pescadores; IBGE, etc. E também será de grande importância à análise e extração de dados de trabalhos acadêmicos voltados à Extensão Pesqueira no Brasil.

A partir da obtenção e análise de dados serão obtidas informações qualitativas e quantitativas, que associados às teorias voltadas ao tema de políticas públicas de desenvolvimento local (dados secundários), resultarão no impacto socioeconômico causado pela Extensão Pesqueira em Cabedelo.

2.2 Método de coleta dos dados

O método usado para melhor atender as necessidades de obtenção de informação é a aplicação de um questionário, com perguntas baseadas em bibliografias voltadas a área pesqueira. Os questionários foram elaborados de forma que abranja os trabalhadores ligados à atividade pesqueira do terminal pesqueiro, ou seja, trabalhadores esses que podem ser: pescadores, estivadores, técnicos da área pesqueira, vendedores de peixe e gestores públicos. Os questionários foram feitos de acordo com a capacidade técnica e escolar de cada trabalhador. Sendo assim, o questionário está voltado a trabalhadores que cursaram ou cursam o ensino fundamental, médio, técnico ou superior, não deixando de citar, que as respostas dos trabalhadores poderão ser anônimas.

As respostas obtidas com os questionários serão importantes para a obtenção de dados que suprirão as questões relacionadas à sociedade ligada diretamente à pesca, como:

- Obtenção do pescado;
- Educação/grau de instrução dos pescadores;
- Treinamentos para os pescadores e vendedores.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DA PESCA E AQUICULTURA DO ÂMBITO NACIONAL AO MUNICIPAL

A Secretaria de Planejamento do Brasil (2010) identificou que somente a partir de 2003, o governo federal passou a implantar políticas públicas ligadas a Extensão Pesqueira em toda a costa brasileira. Além disso, demonstra qual órgão passou a ser responsável pelo setor de pesca e aquicultura, sendo ele: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR). Secretaria essa que tem a principal função de garantir segurança alimentar e gerar renda para os pescadores (BRASIL, 2010, p. 170).

Outro ponto importante presente no trabalho da Secretaria de Planejamento são as ações em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D e I) que buscam produzir conhecimento e tecnologias para subsidiar o desenvolvimento sustentável dos setores pesqueiros e aquícola no Brasil. Essas ações em P, D e I estão presentes nas diretrizes do Plano Mais Pesca e Aquicultura. Diretrizes essas estabelecidas pelo governo federal brasileiro para o fomento da pesca e aquicultura no território brasileiro (BRASIL, 2010, p. 170).

O referido trabalho feito pela Secretaria de Planejamento (2010) demonstrou que o setor pesqueiro apresenta um grande potencial socioeconômico nacional voltado para a área pesqueira. Sendo essa agenda social dividida em dois eixos, sendo o primeiro eixo: o fortalecimento da cadeia produtiva, do trabalho e da organização social das comunidades pesqueiras e do envolvimento no processo de ensino formal e profissionalizante. E o segundo eixo é relacionado com o aumento de produção do pescado, com ações para a inclusão social com geração de trabalho e renda. Para tanto, as ações devem abranger todas as etapas da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura, desde a produção até o consumidor final.

O Terminal Pesqueiro de Laguna, localizado no município de Laguna no estado de Santa Catarina, que se destaca no cenário brasileiro de pesca, teve seu início a partir de 1969 com a realização de adaptações no porto de Laguna, adaptações essas voltadas para a atividade pesqueira na bacia carbonífera de Santa Catarina, sendo nomeado na época como Companhia Porto de Pesca de Laguna. Depois da sua inauguração em 1969, foi oficializada a nova configuração do Porto de Laguna em 15 de fevereiro de 1980, passando o controle das ações para a Portobras (antiga estatal que gerenciava os portos brasileiros e que foi extinta em 1990). Após a extinção da estatal o controle de uma parte do porto estava destinado às atividades pesqueiras, ficando, dessa forma, o terminal de pesca sob a jurisdição da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), tornando-se, portanto, uma empresa de

economia mista vinculada a Codesp e a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.⁷

Com as mudanças oriundas dos anos 90 no terminal pesqueiro de Laguna a pesca tem sido um grande condutor da receita portuária do estado de Santa Catarina, recebendo grandes embarcações no seu cais de acostamento e carregadas com toneladas de pescados, que são comercializadas pelas empresas do município e exportadas para as cidades da região Sul, Sudeste e Centro-Oeste.⁸

A partir de 2003 em diante o Terminal Pesqueiro de Laguna foi destino de grandes investimentos que vinham da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, hoje Ministério da Pesca e Aquicultura, recebendo, por exemplo, um investimento na ordem dos dois milhões de reais para a revitalização da área interna, melhorando a estrutura com a construção de galpões para atuar no manuseio do pescado. Vale a pena ressaltar que parte da renda do município vem da atividade pesqueira, que também emprega centenas de famílias de Laguna.⁹

O setor pesqueiro de Laguna rende milhares de empregos, a partir da atividade em alto mar, abrangendo cooperativas, trabalhadores e comerciantes. Atualmente o terminal pesqueiro oferece 300 metros de cais para a entrada das embarcações, descarregando do pescado, fabricação e comercialização de gelo.¹⁰

Além de atuar no oferecimento de vagas para pescadores amadores e empresários do ramo pesqueiro, o terminal de Laguna salienta na a importância da participação das instituições de ensino superior para as áreas de pesquisa e extensão, otimizando projetos que possam agregar valor ao município com resultado para o terminal pesqueiro. A Universidade do Estado de Santa Catarina frequentemente realiza aulas laboratoriais no terminal pesqueiro para os cursos de Engenharia de Pesca e Arquitetura e Urbanismo.¹¹

A administração do Terminal Pesqueiro de Laguna diz que a fabricação de gelo também é responsável pela geração de receita, abastecendo as embarcações, os caminhões e o comércio em geral. E continua afirmando que em 2011 foram realizadas manutenções dos maquinários da fábrica e passou a produzir aproximadamente 200 toneladas de gelo por dia.¹²

⁷ O TERMINAL. Disponível em: <<http://www.terminalpesqueiro.com.br/site/o-terminal>>. Acesso em: 02 jul 2014.

⁸ Idem

⁹ Idem

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

¹² Idem

Por sua vez, Silva e Gehlen (2008), abordam em seu trabalho o desenvolvimento pesqueiro, porém voltado a pesca artesanal, e de como implementar políticas públicas para a melhoria de comunidade pesqueira do estado de Pernambuco e Alagoas. Além disso, investigar as atividades relacionadas a comunidade pesqueira no setor de pesca após a elaboração e implementação de programas do governo federal entre 2003 a 2006. E ainda, segundo as pesquisadoras, a pesca e aquicultura tem grande importância econômica, cultural e social para as famílias que têm ligação direta com o setor pesqueiro dos estados citados.

As pesquisadoras destacam a presença de várias comunidades e colônias pesqueiras no litoral de Pernambuco e na região do Baixo São Francisco. Sendo dada a existência de cerca de 11.000 pescadores na região citada e uma frota de mais de 2.000 embarcações usando diferentes petrechos de pesca e diferentes métodos de pesca (artesanal e industrial), constaram ainda que:

- A pesca artesanal é realizada até 20 metros de profundidade.
- A pesca industrial o trabalho dos pescadores é realizado na plataforma continental, ou seja, onde a profundidade não ultrapassa os 150 metros de profundidade.

Outro ponto importante colocado por Silva e Ghalen (2008) é o preconceito ainda existente em relação ao trabalho feminino presente no meio pesqueiro, sendo grande a participação na confecção e reparo de apetrechos de pesca. Por outro lado, as autoras afirmam que aos poucos as mulheres estão se impondo no meio pesqueiro e acabando com os preconceitos existentes em relação a elas, isto é, transpondo as barreiras do preconceito e da discriminação, apesar de isso não ser uma tarefa fácil para ser mudada em curto prazo.

E ainda continuam mostrando que existe

[...] subordinação e a subvalorização do trabalho das pescadoras nas atividades produtivas e reprodutivas. As atividades das pescadoras envolvem o espaço doméstico, espaço de reprodução, como cuidar dos filhos, da casa, do marido, além de contribuir na atividade de produção, como pescar e plantar para o consumo e sustento da família. Embora as mulheres estejam presentes em todos os níveis e em todas as áreas, o seu papel no setor pesqueiro ainda passa despercebido. Entendemos que a promoção de políticas de pesca sensíveis à igualdade de gênero é um passo essencial para a manutenção da cultura e do modo de vida das comunidades pesqueiras (SILVA E GHALEN, 2008, pág. 3).

As autoras declaram que a pesca artesanal

é responsável por uma parcela significativa do pescado consumido internamente no país, porém, um dos grandes obstáculos na consolidação econômica da pesca artesanal é a falta de estruturação da cadeia produtiva, sem unidades de beneficiamento, armazenamento e comercialização. A falta de gelo e de câmaras frias que possibilitem a conservação do pescado obriga o pescador a vendê-lo a preços aviltantes, bem abaixo dos valores de mercado (SILVA E GHALEN, 2008, pág. 3).

Silva e Ghalen (2008), concluem que há avanço nas ações, políticas e projetos voltados à atividade pesqueira, porém, há um descaço em relação aos governos a níveis federais, estaduais e municipais. Outro ponto destacado por elas é a falta de acompanhamento por parte dos pescadores em relação a implementação das políticas públicas realizadas pelo governo no local, ou seja, os pescadores não têm noção da abrangência das políticas, programas e projetos, até mesmo, devido muitos pescadores não conhecerem os seus direitos trabalhistas.

A Extensão Pesqueira, que do ponto de vista teórico já havia abandonado as velhas práticas de difusão de inovação, é neste momento chamada para revisar as estratégias de comunicação participativas que ajudem a incentivar o desenvolvimento local dos contextos populares desfavorecidos do setor pesqueiro. (CALLOU; TAUK; SANTOS, 2010)

Ressaltando que o desenrolar das políticas relacionadas (PRORENDA RURAL, 2003)

[...] as organizações governamentais e não governamentais, seus objetivos, suas metodologias, seus públicos e seu foco de ações são ainda pouco abordados do ponto de vista acadêmico, daí a importância de se estudar as políticas públicas contemporâneas e sua relação com a extensão pesqueira na perspectiva do desenvolvimento local.

Expondo, portanto, a necessidade da introdução do meio acadêmico no meio da Extensão Pesqueira. Então, por isso, explanaremos sobre a Economia Solidária no tópico a seguir, com a finalidade de ressaltar formas que possibilitem o desenvolvimento do setor pesqueiro ao mesmo tempo que indica a necessidade de participação dos pescadores em sua construção e autogestão com políticas públicas inclusivas.

3.1 Pesca e aquicultura com Economia Solidária

Já que quase todo esse trabalho de conclusão de curso é baseado nas políticas públicas que são direcionadas para o interesse coletivo de pescadores e aquicultores, e famílias de Cabedelo – PB que tem sua renda familiar ligadas a pesca, é interessante que se aborde a importância da Economia Solidária na pesca e Aquicultura, para que possamos ter mais noção de como o resultado do trabalho coletivo pode interferir nas vidas socioeconômicas.

O autor Da Silva (2013) diz que a economia solidária é formada por um conjunto de ações econômicas privadas, advindas do cooperativismo e associativismo, independentes em relação ao Estado, visando o interesse coletivo e a solidariedade. Esses vínculos

apresentam características ligadas permanentemente com o mercado ou mesmo não monetárias, caracterizado pelas ações de dar, receber e retribuir.

No Brasil a economia solidária teve uma maior ênfase na década de 1990, onde foram elaboradas as primeiras políticas públicas para o seu desenvolvimento. Pode-se dizer que os eventos ligados ao surgimento da economia solidária no Brasil se deu aos efeitos negativos do capitalismo na vida dos trabalhadores brasileiros (DA SILVA, 2013, p. 7).

Segundo Da Silva (2013):

A pesca artesanal enfrenta problemas como baixa remuneração e redução dos estoques de pescado. Em relação à aquicultura familiar, a paralisação das atividades pelos pequenos produtores é o principal efeito da concorrência com a aquicultura inserida no agronegócio. O poder público tem um importante papel para o fortalecimento da pesca artesanal e da aquicultura familiar, visto que é de interesse da sociedade que haja a sua reprodução social, produção de alimentos de boa qualidade e gestão compartilhada dos recursos naturais. A economia solidária pode responder a esses desafios. Assim, emerge a seguinte questão: como o poder público deve atuar para fortalecer a pesca artesanal e a aquicultura familiar, considerando os princípios da economia solidária?

Ainda segundo Da Silva (2013) o poder público pode fortalecer a pesca artesanal e a aquicultura familiar por meio de ações, sendo elas:

-Estimular e apoiar as proximidades: aproveitando as proximidades geográficas, profissionais ou organizacionais facilitam a interação social e as relações de solidariedade. Ainda estimulam a organização da cadeia produtiva de forma que haja uma distribuição mais equitativa dos lucros e agregação de valor aos produtos, relacionando-os ao território ou à forma de produção.

-Disponibilizar um serviço de extensão pesqueira e em aquicultura: basicamente é a disponibilidade de um serviço multidisciplinar para que se atenda às diferentes exigências da economia solidária. Sendo que o ator da extensão (o extensionista) não pode se basear na difusão tecnológica, ou seja, sua ação deve contemplar o assessoramento técnico e organizacional baseado no construtivismo, com a valorização da participação. Os pescadores e aquicultores devem ser capacitados em gestão de negócios, associativismo e cooperativismo e para o acesso às políticas públicas que podem viabilizar a economia solidária.

-Realizar pesquisa-ação: A realização de pesquisa, que deve ser feita com a inserção dos pescadores e aquicultores, eles estarão presentes em todas as etapas de geração de tecnologia, valorizando os seus conhecimentos e necessidades. É importante que o processo de pesquisa seja feito com uma equipe multidisciplinar, que deve estar integrada às dinâmicas locais.

-Elaborar projetos de forma participativa: Em sua essência essa medida incorpora projetos participativos com toda a rede sociotécnica. Sendo assim, projetos que representam somente a lógica de um técnico, liderança comunitária ou poder público, tem grandes chances de não ter resultados positivos.

As autoras Rodrigues e Menezes (2013) também abordam a economia solidária, contudo elas resumidamente falam da atividade familiar como meio de inclusão social, e ressaltam que

No convívio familiar, os filhos dos pescadores adquirem prática e conhecimento sobre o trabalho dos pais, bem como as mulheres que os ajudam antes ou depois que os mesmos chegam do mar, caracterizando a pesca artesanal como uma atividade familiar, na qual todos buscam um mesmo objetivo que é o sustento da família. Uma política já existente a nível federal é o chamado “Plano Safra da Aquicultura e Pesca Artesanal” que visa a expansão da aquicultura, modernização da pesca e o fortalecimento da indústria e do comércio pesqueiro tendo como público-alvo os aquicultores familiares, pescadores artesanais e pequenos comerciantes, oferecendo-lhes linhas de crédito que podem ser solicitadas também pelas mulheres e jovens empreendedoras com o intuito de aumentar suas rendas ao mesmo tempo em que oferece alimento de qualidade à população. O estudo da economia solidária se faz importante pelo fato de vir se fortalecendo como uma das opções de enfrentamento das instabilidades sociais por meio da cooperação, ocorrendo principalmente dentro da própria família, surgindo assim a necessidade de políticas públicas que deem maior apoio às famílias dos pescadores.

Outra definição sobre a Economia Solidária, é que ela surgiu a partir das cooperativas que produziam visando o bem estar de todos por igual, tendo como princípios a valorização do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da atividade econômica e da criatividade tecnológica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa condicional fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercambio respeitoso com a natureza e os valores da cooperação e da solidariedade. O termo Economia Solidária também pode ser usado para denominação de trabalhos voluntários, como por exemplo, na ajuda advindas dos familiares, sendo esse o caso da maioria dos pescadores artesanais, portanto, a sua própria família é sua fonte de ajuda, tendo assim aspectos como a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica como motivação e a solidariedade (RODRIGUES E MENEZES, 2013).

As autoras Rodrigues e Menezes (2013) ressaltam que as crianças (filho dos pescadores) observam as atividades dos pais, e consequentemente, vão sentindo interesse em exercer a mesma atividade e, portanto, se afastando das escolas por motivo de falta de tempo ou até mesmo falta de interesse, embora em alguns casos os próprios pais não queiram que os

filhos tenham a mesma profissão que eles, mas se encontrem em uma posição social que faz com que o seu filho tenha que trabalhar para ajudar com as obrigações financeiras do lar.

As esposas dos pescadores por sua vez ajudam em casa e no tratamento do pescado para a venda, como não tem outra atividade complementar, não se reconhecem como sendo trabalhadoras da pesca artesanal. Muitas das políticas públicas desenvolvidas para os pescadores acabam não sendo praticadas por não se adequarem à realidade dessas pessoas. De princípio, deve ser observada a realidade das famílias dos pescadores, e até mesmo chamar a participação dessas famílias para a construção de políticas públicas que realmente se direcionem ao bem da população pesqueira em geral (RODRIGUES E MENEZES, 2013, pág. 2).

Para garantir os direitos da minoria (das famílias que tem o seu sustento da pesca artesanal e aquicultura), no ano de 2004 o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) criou o Registro Geral da Pesca,

Um documento que caracteriza o pescador como profissional lhes assegurando direitos como o Seguro Defeso – uma forma de seguro desemprego concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego no período de paralização temporária da pesca ou coleta de recursos pesqueiros para preservação das espécies – e linhas de microcrédito, bem como o acesso a programas sociais. (RODRIGUES E MENEZES, 2013, pág. 3)

As autoras Rodrigues e Menezes (2013) ainda abordam de maneira resumida o projeto elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura do Governo Federal, denominado Plano Safra da Pesca e Aquicultura que, em sua essência, busca fomentar o crescimento do mercado pesqueiro artesanal implementando linhas de crédito que ajuda na produção por meio do aprimoramento de ferramentas e técnicas de produção, como também a ampliação de assistência técnica visando o aumento da produção e consumo dos pescado e a retirada de mais de 100 mil famílias que se encontram na linha da pobreza.

Projetos e programas do Governo Federal que visam a não exclusão social das famílias dos pescadores existem para que os mesmos não fiquem a mercê da marginalidade, sendo, de forma quase que instantânea pelo meio que vivem ou moram, privados dos direitos básicos como moradia, saúde e educação. E, portanto, fazendo com que a Economia Solidária seja uma forma de trabalhar por todos de forma igual, garantindo os direitos de todas as famílias de pescadores e aquicultores.

A visão resumida de Economia Solidária que tivemos nesse tópico foi importante para que possamos perceber a relevância e o modo de como olhar (perspectiva) das políticas

públicas implantadas para o município de Cabedelo no estado da Paraíba, essa perspectiva também será melhor abordada no próximo tópico 3.2 e no capítulo 4, onde está a análise dos resultados dos questionários aplicados aos pescadores e aquicultores, como já citado anteriormente.

3.2 Terminal pesqueiro de Cabedelo e as políticas públicas

Um estudo realizado por Mendes, Callou e Tauk na cidade de Cabedelo – PB tem como objetivo de demonstrar as políticas públicas para a Expansão Pesqueira que estavam sendo construídas no município citado a partir da criação da Seap/PR, em 2003, até 2008, analisando a consequência dessas políticas em execução incluídas com as atividades da pesca a partir das opiniões dos pescadores e pescadoras artesanais, além de técnicos da Seap/PR/PB e da Secretaria de Pesca e Meio Ambiente de Cabedelo (SPMA) (MENDES, CALLOU e TAUK, 2010).

A pesquisa foi realizada, mais especificamente, no terminal pesqueiro, que é uma Extensão Pesqueira próxima ao porto de Cabedelo. Dentre as atividades econômicas do município, predominam pela ordem, o comércio, inclusive o de derivados de petróleo, os serviços de operações portuárias, a pesca, a indústria e o turismo. O município se encontra em 2º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, na Paraíba com 0,757 (CABEDELO, 2014).

Os estudos realizados pelos autores MENDES, CALLOU e TAUK (2010) tinham como principal foco a pesquisa mais ampla denominada: “Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira para o Desenvolvimento Local”, que é financiado pelo CNPq e criado pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (Posmex), da Universidade Federal de Pernambuco, em convenio com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. O projeto é designado para mapear as políticas desenvolvidas nos Estados da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Ceará. Os resultados apresentados no trabalho estão voltados para a cidade de Cabedelo, cuja atividade econômica-produtiva predominante é a pesca artesanal.

Após a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap/PR), em 2003, foram estabelecidas várias políticas pelo Brasil, com o objetivo de recuperar o tempo perdido pelas as inatividades socioeconômicas ocorridas no setor pesqueiro (MENDES, CALLOU e TAUK, 2010, p. 194 a 195).

Tais políticas são executadas ou implantadas pela Seap/PR junto a outros órgãos (MENDES, CALLOU, TAUK, 2010, p. 94 a 99), sendo elas:

a) Construção do Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo, onde foi determinado pelo decreto n. 5231, de 6 de outubro de 2004, autorizado à Seap/PR criar, implantar, organizar, administrar, fiscalizar e apoiar os terminais Pesqueiros Públicos. Segundo o artigo 4º, do decreto, o

Terminal Pesqueiro Público é a estrutura física construída e aparelhada para atender às necessidades das atividades de movimentação e armazenagem de pescado e de mercadorias relacionadas à pesca, podendo ser dotado de estruturas de entreposto de comercialização de pescado, de unidades de beneficiamento de pescado e de apoio à navegação de embarcações pesqueiras.

Segundo os autores a

Administração dos Terminais Pesqueiros está prevista a criação de um Conselho do Terminal Pesqueiro (CTP) como órgão de consulta de decisões do secretário da Seap/PR que será integrado por um representante de cada um dos seguintes órgãos: Seap/PR, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Estado, Município, Administração do Terminal Pesqueiro Público (TPP), pescadores profissionais artesanais, pescadores profissionais industriais, armadores de pesca, empresários do setor pesqueiro e colônia de pesca.

A construção do Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo, concebida em parceria com a Seap/PR e o Governo da Paraíba, de acordo com a Secretaria de Pesca e Meio ambiente, deverá dar suporte a grande parte da comunidade pesqueira, podendo ser elas pescadores ou pescadoras profissionais industriais, assegurando o objetivo público de empreendimento solidário, como forma de suporte voltada para administração do Terminal pesqueiro com uma visão de autogerenciamento (CEBEDELO, 2008).

O Terminal Pesqueiro Público de Cabedelo está sendo construído em um local estratégico (ao lado do porto de Cabedelo), visando a partilha de maquinário do porto, guincho, por exemplo. O valor investido no terminal foi o de R\$ 6.378.577,51, sendo a data do início das obras em 12/07/2006, e tinha como previsão para o término o prazo de um ano.

b) Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha foi criado em 2006, a partir de um projeto de cooperação mútua entre o Ministério da Educação (MEC) e a Seap/PR, em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (Cefet/PB), Governo Estadual, Governo Municipal e a Xunta Galicia, uma cooperação espanhola, centro que tem o objetivo de desenvolver uma política de formação humana (sustentabilidade ambiental) na área de pesca marinha e continental e aquicultura familiar que conte com planos e programas

de formação e capacitação com vistas à gestão e aproveitamento dos recursos pesqueiros e aquícolas.

Podendo se considerar que município de Cabedelo comporta uma grande quantidade de pessoas ligadas à pesca artesanal e é dependente dessa atividade econômica para sobreviver, o Centro de Formação poderá contribuir para o aprimoramento da atividade pesqueira local e melhora para a vida profissional de pescadoras e pescadores. O projeto também visa a ampliação do capital humano por meio da aliança com o Curso de Engenharia em Pesca de Cabedelo, para o manejo sustentável dos recursos marinho e aquícolas da região.

Os autores Mendes, Callou, Tauk (2010) ainda ressalta que

Tendo em vista a importância que representa o aprimoramento das habilidades profissionais dos pescadores artesanais para o desenvolvimento local da pesca em Cabedelo, foi constatada uma baixa demanda desses cursos pelos pescadores e pescadoras, apesar do entusiasmo observado entre os que participam dessa formação, levando a crer que o analfabetismo ainda é o principal entrave à participação dos pescadores nos cursos e que uma política como o Projeto Pescando Letras pode contribuir para uma maior procura às capacitações promovidas pelo centro de formação.

Esse trecho deixa em aberto uma discussão voltada à preocupação dos gestores públicos ligados as atividades pesqueiras do município de Cabedelo em relação a divulgações, propaganda, incentivos e etc. para a participação no projeto por parte dos pescadoras e pescadores.

c) Programa Pescando Letras que pretende atender à necessidade urgente de alfabetização dos pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares jovens e adultos, numa perspectiva de educação continuada, tomando em consideração o contexto sociopolítico dessa população e o desafio de fortalecer a sua participação na construção de espaços democráticos.

Os pescadores e aquicultores familiares brasileiros fazem parte de uma categoria de profissionais com um dos mais altos índices de analfabetismo. Cerca de deles 50% deles são analfabetos e, se somarmos os analfabetos funcionais, esse número chega a 79% (Brasil, 2005b).

Os autores do trabalho abordam que de acordo com o presidente da Colônia Z-2, os cursos de alfabetização para jovens e adultos pescadores deveriam ser realizados simultaneamente com seus horários vagos de pescaria, como foram pensados anteriormente, devido aos mesmos não poderem deixar de trabalhar para se dedicar integralmente aos estudos. A maior parte das famílias depende exclusivamente da pesca ou aquicultura para sobreviver.

d) Projeto Garças tem um projeto de idealização que nasceu a partir da comparação entre mulheres catadoras de marisco e as garças. Ambas coletam mariscos para a sobrevivência da família. O projeto foi criado numa parceria entre a Seap/PB e Banco do Brasil, em 2003. O projeto pretende, basicamente, instruir as comunidades ribeirinhas, que trabalham com marisco de forma artesanal, a manipular o mesmo de forma correta em unidades de beneficiamentos de moluscos.

Os autores ainda expõem que a quantidade de resíduos provenientes do beneficiamento dos mariscos, preocupava os órgãos de controle ambiental. Daí em diante deu-se a necessidade do aproveitamento das conchas dos mariscos para outros fins como, por exemplo, o artesanato e a construção civil (quando triturados e adicionados a argamassa). Também se tinha a preocupação com a forma de manipulação do marisco, ou seja, a forma como era trabalhada esse pescado preocupava os agentes de saúde, devido às condições precárias de manipulação e higiene e pelo o molusco ser um animal muito perecível depois de morto.

e) Ampliação do Subsídio ao Óleo Diesel isenta pescadores e empresários da pesca da cobrança de ICMS sobre o combustível das embarcações. Esse projeto é executado pela Seap, por meio de um acordo com o Governo Estadual e a Petrobras, isenta pescadores e empresários da pesca da cobrança de ICMS. O objetivo também é de confrontar o preço do óleo diesel nacional ao de outros países.

f) Recifes Artificiais Marinhos: Mecanismos de Exclusão de Arrasto e Recrutamento de Lagosta tem a finalidade de reproduzir habitats rochosos para aumento de populações de espécies marinhas, especialmente a lagosta, por se tratar de uma espécie com alto valor econômico, além de dar apoio às comunidades de pescadores artesanais na proteção de recursos naturais, fornecendo alternativas econômicas para sua subsistência através de exploração de recursos renováveis.

Esse projeto foi implantado pela Seap/PR, designado para fazer o lançamento de blocos de concreto, sendo usados tanto para Dispositivos de Exclusão e Arrasto (DEA), quanto para Atratores e Recrutamento de Lagostas.

Porém os autores ressaltam que até 2010 era bastante visível o descaso com os materiais (Recifes Artificiais) ofertados pelo Governo Federal, dado que eles se encontravam entulhados nas instalações do Terminal Público Pesqueiro de Cabedelo.

Os autores ainda abordam que é provável implantação dos recifes artificiais, conforme o projeto técnico proposto para recrutamento de lagostas, onde sua pesca já foi o

responsável pelo sustento de muitos pescadores locais, ajudaria sua produção na região. E, por sua vez, diminuir os casos de captura desses crustáceos na época de defeso da espécie, principalmente por meio da captura com aparelhos compressores, embora essa prática seja proibida.

g) Programa Nacional de Financiamento de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira (Profrota Pesqueira) tem o objetivo principal de liberar linha de créditos para financiamento de petrechos e itens de custeio, até a construção e reforma de embarcações. Esse plano teve surgimento com uma parceria entre a Seap/PR, o Bando do Nordeste e o Banco do Brasil.

Os autores Mendes, Callou, Tauk (2010) deixa claro que

[...] apesar das políticas públicas empregadas para o setor pesqueiro em Cabedelo, pouco se observa no dia-a-dia dos pescadores, que os tenha beneficiado. De acordo com entrevistas realizadas com a comunidade, um dos principais problemas enfrentados é a dificuldade de acesso ao crédito e a quantidade de dívidas com os bancos.

Existe uma questão pertinente exposta pelo autor onde é abordado sobre o aumento e a modernização da frota pesqueira, e que consequências isso pode ter no meio ambiente. Porém, os autores também demonstram que o investimento em unidades de produção aquícola é o melhor meio para a sustentabilidade do meio ambiente, além de uma maior inclusão social dos pescadores.

h) Projeto: Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado Proveniente da Pesca Artesanal tem como objetivo de beneficiar cooperativas e associações de pescadores localizadas em regiões distantes dos centros comercialização do pescado com a implantação de fábricas de gelo, permitindo um ganho econômico maior para os beneficiários dirigidos a pesca artesanal. O projeto tem apoio da Seap/PR e do Ministério do Trabalhado e Emprego (MTE) (CABEDELO, 2008).

Segundo os autores Cabedelo recebeu a verba necessária para a implantação de uma fábrica de gelo que, porém, nunca foi feita. A colônia Z-2 não queria ficar responsável por um projeto sem estudo econômico, ou sem redução tributária de algumas tarifas. Sendo os subsídios voltados a energia elétrica e água, ficando o projeto praticamente impossível de ser implantado.

Ainda assim o projeto não foi executado na Colônia Z-2, a implantação do Terminal Pesqueiro Público pressupõe a contrução de uma fábrica de gelo que beneficiará todos os pescadores e pescadoras. (Brasil, 2004a)

i) Programa Feira do Peixe tem o objetivo de aproximar o aquicultor familiar e o pescador artesanal do consumidor por meio da comercialização direta do pescado, evitando atravessadores e barateando o custo de pescado, com preços mais justos. Por sua vez, consiste na distribuição de maquinários para a comercialização do peixe vivo e peixe fresco, e conta com parcerias, como a Seap/PR e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (Brasil, 2005c).

Em 2006 foram entregados *kits* a comunidade pesqueira sem nenhuma assistência técnica que auxiliasse com o objetivo geral do projeto, que é evitar os atravessadores da cadeia produtiva da pesca artesanal. Apesar disso, sem nenhuma consultoria especializada para tal tarefa, principalmente o manejo do pescado vivo para comercialização, grande parte do equipamento está sucateado pela própria comunidade, ou por não lhe ser útil, ou por não se saber ao certo como proceder com todo o material acima descrito.

Um dos pontos mais importantes a serem observados no estudo realizado é a falta de consonância entre os órgãos do governo, apesar da quantidade considerável de políticas públicas para o setor pesqueiro (MENDES, CALLOU, TAUK, 2010, p. 94 a 99).

O resultado final do trabalho demonstrou a falta de capacitação técnica para os pescadores, capacitação essa que, se junto a outros órgãos do governo, deve incentivar cada vez mais os profissionais na área a obter conhecimento na manipulação do pescado, buscando ainda mais a eficácia e eficiência do seu trabalho (MENDES, CALLOU, TAUK, 2010, p. 99)

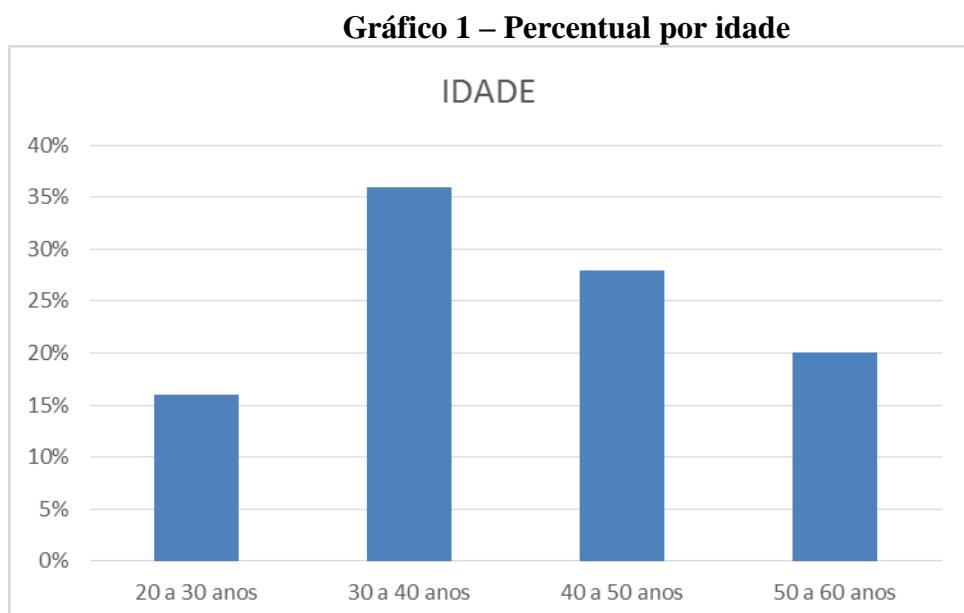
Todos os gargalos citados acima foram melhores descritos (segundo a ótica dos pescadores, aquicultores e gestores) que responderam o questionário da pesquisa de campo realizada no município de Cabedelo-PB, essa análise será feita no capítulo a seguir.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise tem o principal objetivo de demonstrar a importância socioeconômica de políticas públicas sobre grupos diretamente envolvidos com a Expansão Pesqueira em Cabedelo-PB. Mais especificamente o estudo se preocupa com pescadores artesanais, ou seja, pescadores que realizam suas atividades em até 20 metros de profundidade da costa brasileira.

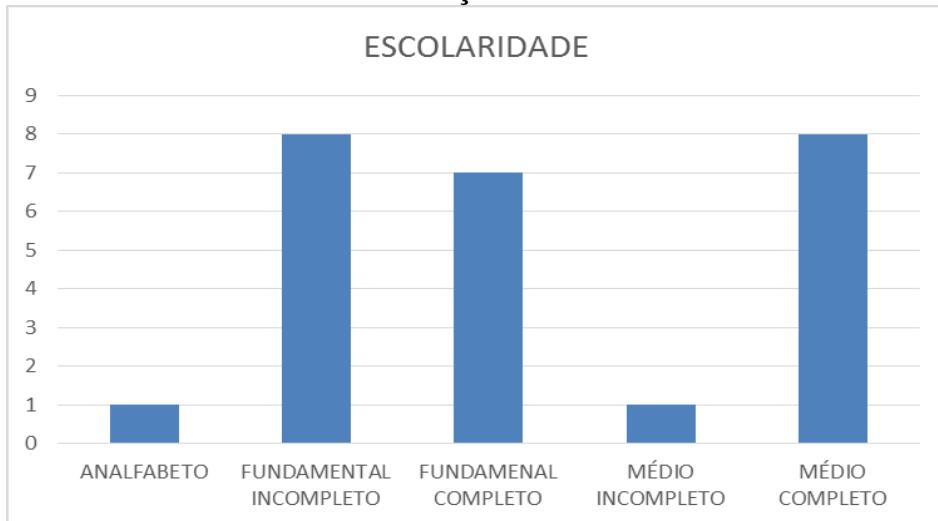
4.1 Caracterização dos pesquisadores artesanais

O gráfico abaixo expõe a relação de idade dos pescadores entrevistados. Pode-se observar a variação da classe de idade estabelecida no gráfico *IDADE*:



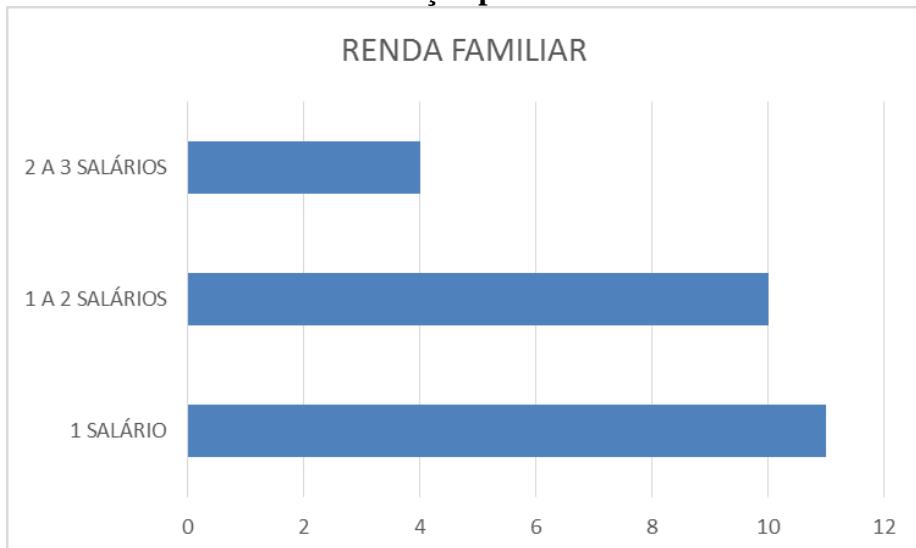
Fonte: Elaboração própria

Outra variável que foi analisada na pesquisa de campo foi a escolaridade dos entrevistados (pescadores) que vai desde analfabeto, passando por ensino fundamental incompleto, fundamental completo, ensino médio incompleto e ensino médio completo, como demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Relação de escolaridade

Fonte: Elaboração própria

A renda familiar também foi um dos fatores pesquisados para se ter noção de quanto cada pescador ganha com seu trabalho ou serviço, sendo que 4 pescadores recebiam de 2 a 3 salários mínimos, 10 pescadores recebiam de 1 a 2 salários mínimos, 11 pescadores recebiam 1 salário mínimo, como demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Relação por renda familiar

Fonte: Elaboração própria

Foi perguntado ao entrevistado sobre sua participação em sindicatos, associações ou cooperativas, observa-se que 14 pescadores fazem parte ou participam de sindicatos, associações ou cooperativas; e 11 pescadores não fazem parte ou participam de sindicatos, associações ou cooperativas.

Gráfico 4 – Relação de participação em sindicatos, associações ou cooperativas de pescadores

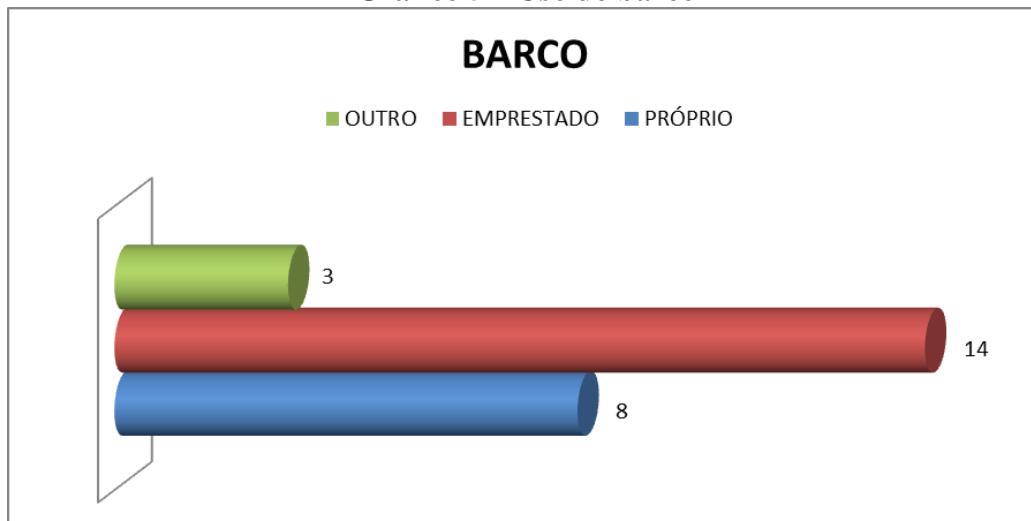


Fonte: Elaboração própria

4.2 Produção, distribuição e comercialização do pescado

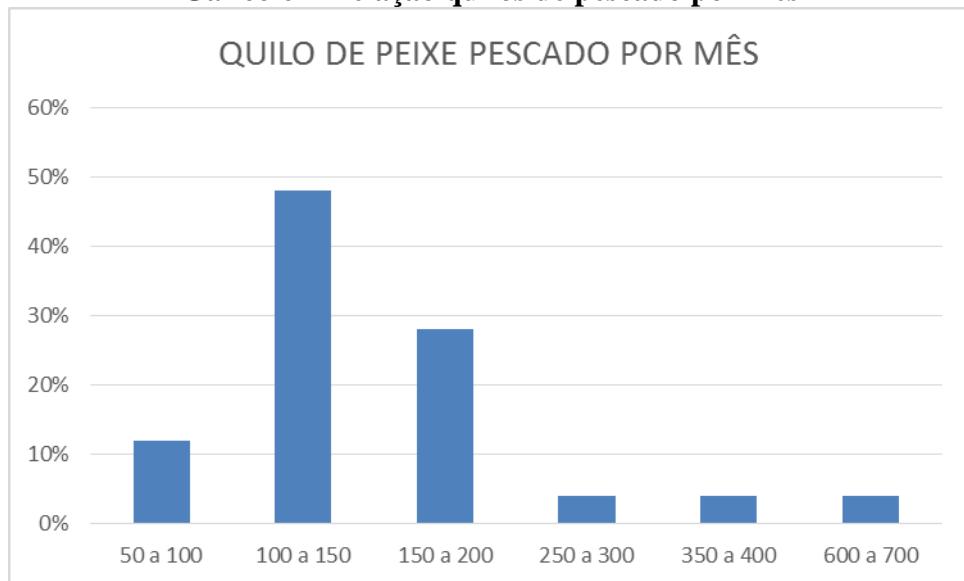
Em relação a produção, distribuição e comercialização, foi perguntado como era o tipo de embarcação utilizada para a pesca, podendo ser: emprestado; próprio; ou outro. Como demonstrado no gráfico abaixo, no total de 25 entrevistados 14 alegaram que trabalhavam em barcos emprestados, 8 em barcos próprios e 3 em outro.

Gráfico 5 – Uso do barco



Fonte: Elaboração própria

Gáfico 6 – Relação quilos de pescado por mês

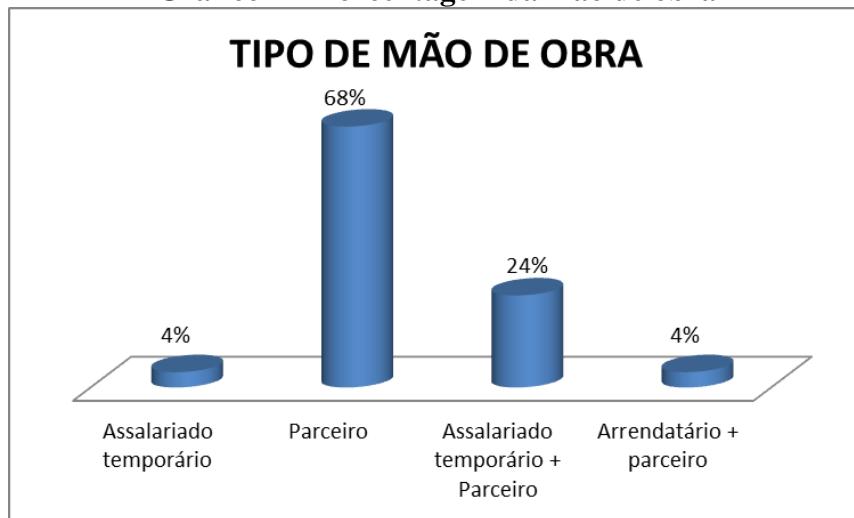


Fonte: Elaboração própria

Na pesquisa realizada foi observado que 24 dos 25 que responderam o questionário tem a forma de escoamento da produção por meio de atravessadores, ou seja, 96% dos pescadores questionados vendem seus pescados a atravessadores. Sendo que dos entrevistados 17 pescadores afirmaram que o atravessador não faz parte de colônia, sindicatos, associação ou cooperativas de pescadores, portanto o restante (7) fazem partes de organizações ligadas aos pescadores cabedelenses.

Contudo, 100% dos pescadores que responderam o questionário atestam que o pescado é vendido no próprio município de Cabedelo, contando que 2 pescadores afirmaram que o pescado deles também era vendido para municípios vizinhos.

O tipo de mão de obra também foi questionado, buscando-se saber se o pescador usava mão de obra assalariada, em parceria com outro pescador, assalariado temporário com parceiro, ou arrendatário com parceiro. As respostas ficaram divididas em porcentagem como mostradas no gráfico a seguir.

Gráfico 7 – Porcentagem da mão de obra

Fonte: Elaboração própria

4.3 Políticas Públicas do Governo federal em relação a infraestrutura pesqueira

Temos no gráfico abaixo e demonstração da relação que os pescadores entrevistados tem com o terminal pesqueiro de Cabedelo. Fica evidente que 80% (20 pescadores) dos entrevistados **não** possuem relação com o terminal pesqueiro, já 20% (5 pescadores) dos entrevistados têm relação com o terminal pesqueiro.

Gráfico 8 – Vínculo com o terminal pesqueiro
RELAÇÃO COM O TERMINAL PESQUEIRO



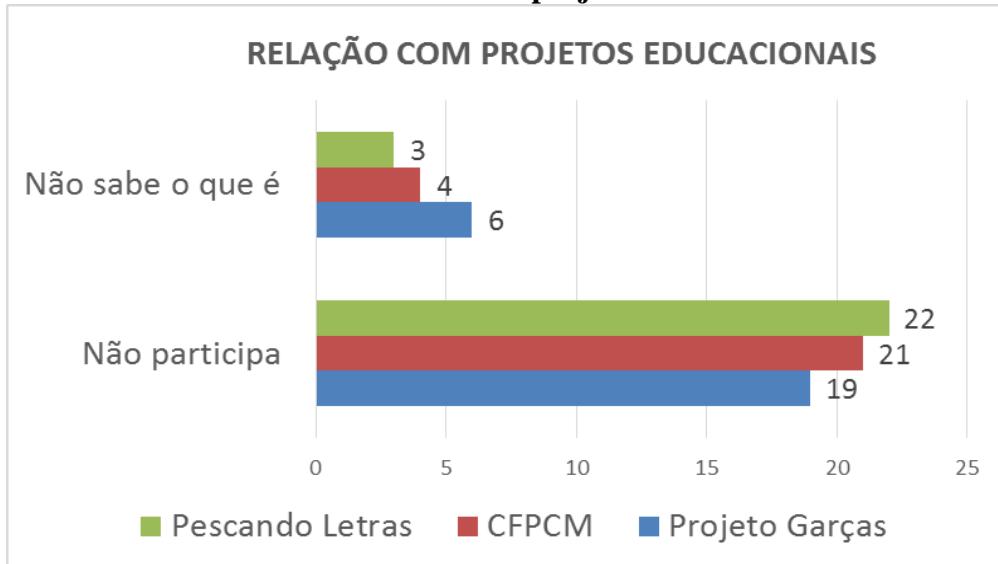
Fonte: Elaboração própria

4.4 Políticas Públicas do Governo federal em relação a educação pesqueira

No gráfico abaixo estão os resultados da participação dos pescadores questionados em relação aos projetos educacionais. Os projetos educacionais são: Pescando Letras, Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha no IFPB (CFPCM), e projeto Pescando Letras. Foi detectado que nenhum dos pescadores questionados não participam de nenhum dos projetos.

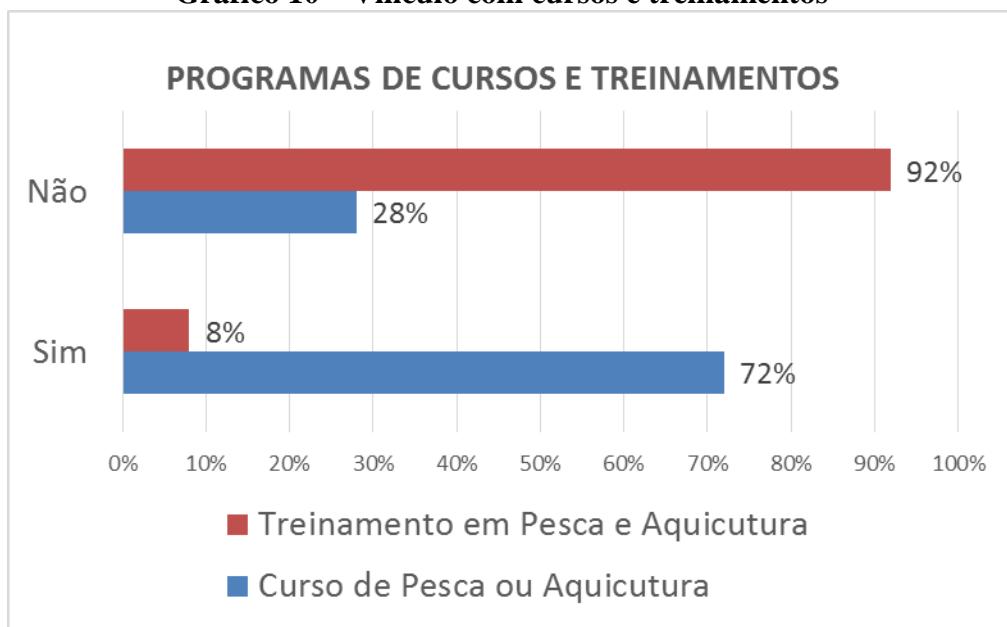
Portando, dos pescadores questionados 3 não sabem o que é o projeto Pescando Letras, 4 não sabem o que é o CFPCM, e 6 não sabem o que é o projeto Garças. E ainda, 22 não participam do projeto Pescando Letras, 21 não participam do CFPCM e 19 não participam do projeto Garças.

Gráfico 9 – Vínculo com projetos educacionais



Fonte: Elaboração própria

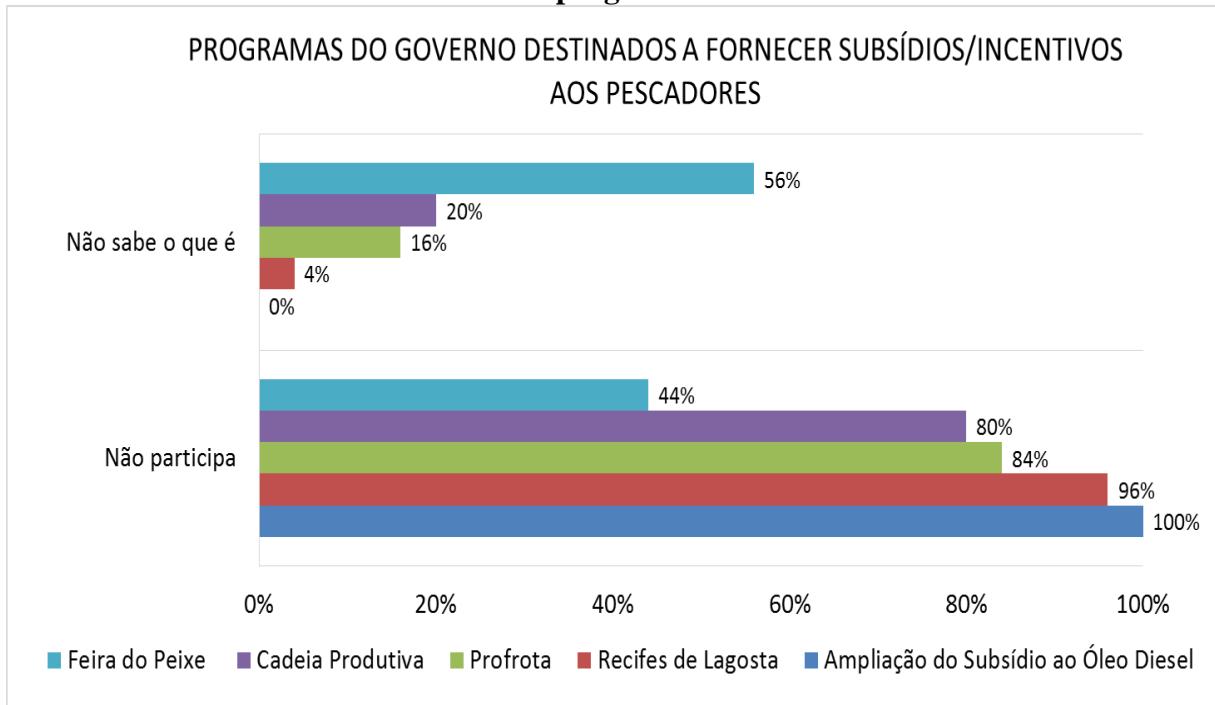
O próximo gráfico demonstra o resultado de questões relacionadas a cursos e treinamentos ministrados por alguma instituição de Cabedelo-PB, pelo menos 8% já tiveram treinamento em pesca e aquicultura, enquanto 72% já fizeram cursos na área de pesca ou aquicultura. Porém 92% dos questionados não têm treinamento em pesca ou aquicultura e 28% não tem curso em pesca ou aquicultura.

Gráfico 10 – Vínculo com cursos e treinamentos

Fonte: Elaboração própria

4.5 Políticas Públicas do Governo federal em relação subsídios/ incentivos

Os programas citados a seguir são abordados e detalhados no capítulo 5, eles tratam de programas do governo federal ligados a subsídios e (ou) incentivos. Dos pescadores questionados 56% não sabem o que é o programa Feira do Peixe e 44% não participam do mesmo ;em relação ao programa cadeia produtiva 20% dos pescadores não sabem o que é e 80% não participam do programa; 16% dos pescadores questionados não sabem o que é e 84% não participam do programa Profrota Pesqueira; já para o programa Recifes de Lagostas 4% não sabem o que é e 96% não participam; e por último, 100% dos questionados não participam do programa Ampliação do Subsídio ao Óleo Diesel. Frisando que a porcentagem relatada na tabela abrange todos os 25 pescadores questionados.

Gráfico 11 – Vínculo com programas de subsídios/incentivos

4.6 Resposta do questionário aplicado com o presidente da colônia de pescadores

O presidente da colônia de pescadores de Cabedelo no mês da pesquisa (dezembro de 2014) se chama Lidio José da Silva, 55 anos de idade, nascido no município de Cabedelo – PB, detêm o ensino médio completo e não especificou se já realizou um curso técnico de nível médio ou superior na área de pesca e aquicultura. É importante ressaltar que o presidente da colônia também é um pescador, e por isso foram feitas perguntas relacionadas a pesca.

Em relação a produção e comercialização do pescado na colônia, ele deixou explícito que existem muitas dificuldades de produção e venda, pois, ainda segundo o mesmo, há uma falta de incentivo na pesca artesanal, também falou que a venda é feita por atravessadores que moram no município de Cabedelo, e ainda que grande parte da produção era vendida no próprio município. Ele ainda disse que a parceria entre pescadores em relação a mão de obra facilita e diminui os custos de produção.

O presidente da colônia não participa de grande parte dos projetos do governo federal, sendo eles: Terminal pesqueiro de Cabedelo, Projeto pescando letras, Projetos Garças, Ampliação de Subsídios de Óleo Diesel, Projeto de Recifes Artificiais Marinho, Profrota Pesqueira, Projeto de Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado Proveniente da Pesca Artesanal e Programa Feira do Peixe. O único programa que Lidio José da Silva participa é do Centro

Formação em pesca e Cultura Marinha no IFPB, onde ainda avaliou como um ótimo programa do governo federal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discursão feita neste trabalho foi para demonstrar que existem políticas públicas para a área pesqueira elaboradas em escala nacional chegando a âmbitos municipais. E foi observado em todo trabalho que são políticas públicas que buscam o progresso socioeconômico das pessoas que estão envolvidas com a atividade pesqueira no Brasil.

Porém podem ser observados os resultados do questionário que foi aplicado neste trabalho de conclusão de curso, onde ficou explícito a não participação de quase toda comunidade pesqueira de Cabedelo – PB nos projetos e políticas públicas da área pesqueira. E além disso, alguns dos questionados chegaram a não saber da existência de alguns projetos e políticas da área pesqueira presente no município. Esses pontos citados anteriormente fazem com que esta pesquisa levante questões importantes em relação a divulgação e, até mesmo, a preocupação da participação da população pesqueira em atividades do ramo da pesca e aquicultura.

A partir disso, fica clara a abertura para novas e abrangentes visões que podem vir a serem feitas com os pontos abordados nesta pesquisa, cabendo novas perspectivas para melhoria do envolvimento teórico com as relações trabalhistas, econômicas, educacionais, de infraestrutura, sociais e entre outras, na vida dos trabalhadores que dependem da atividade pesqueira para a sua sobrevivência. Fazendo com que essa nova perspectiva de melhoria da coletividade seja uma das principais fontes de mudança e melhoramento de um setor (pesqueiro) que detém de pouco tempo de investimentos de iniciativa governamental, comparado com outros setores socioeconômicos brasileiros que não foram objetos de estudo deste trabalho de conclusão de curso.

Observa-se, ainda, que os projetos existentes teoricamente na cidade de Cabedelo – PB estão com a necessidade de implantação de políticas públicas baseadas na Economia Solidária, onde o diálogo com as famílias por parte do governo (independente das suas esferas de poder), poderia ajudar (ou melhorar) a vida das famílias que dependem da atividade pesqueira, com a finalidade de saciar as necessidades básicas e coletivas existentes nas comunidades pesqueiras. Deixando em aberto uma discussão que poderá ser feita a partir de outras perspectivas teóricas e pesquisas no ramo da pesca e aquicultura.

REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Secretaria de Planejamento. Brasil. **Incentivo à aquicultura e à pesca. Presidência da República**, 2010.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **Mais Pesca e Aquicultura**, 2009a.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura Secretaria especial de Aquicultura. **Consolidação de uma Política de Estado para o desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca**, 2009b.

CABEDELO (PB). Secretaria de Pesca e Meio Ambiente. **Relatório: Seminário de Gestão**. Cabedelo, 20 maio. 2008.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **O ensino da extensão pesqueira no Brasil: desafios atuais**. Pernambuco, 2003.

DA SILVA, Newton José Rodrigues. **Economia solidária na pesca e aquicultura**, 2013

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas públicas sociais. **Cadernos cedes**, n. 55. nov. 1991.

MENDES FILHO, Onivaldo da Rocha; CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TOUK SANTOS, Maria Sallet. **Políticas públicas e extensão pesqueira em Cabedelo, Paraíba**. Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 93-100, jan./jun. 2010.

Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DECRETO N° 5.231 DE 6 DE OUTUBRO DE 2004**.

RODRIGUES, Claudina Sonaly Melo; MENEZES Suzaneide. **Economia solidária, pesca artesanal e as políticas públicas de apoio e inclusão social**, 2013.

SILVA, Amanda Roberta Souza da; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. As políticas públicas do estado para o desenvolvimento local da pesca artesanal no nordeste e as relações sociais e de gênero que as compõem. **Congresso de Iniciação Científica da UFPE**. Pernambuco, 2008.

CABEDELO (PB). Sobre a Cidade. Disponível em:
http://www.cabedelo.pb.gov.br/sobre_cidade.asp. Acesso em: 6 ago. 2013.

Período de defeso. Disponível em:
http://pt.wikipedia.org/wiki/Per%C3%ADodo_de_defeso. Acesso em: 02 jun. 2014.

FRANCO, Augusto de. **Capital social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Brasília: Instituto de Política, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Termo de Cooperação Técnica n. 02 /2006, que entre si celebram o Ministério da Educação e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, no âmbito da Política para a formação humana na área da pesca marinha, continental e aquicultura familiar.** Disponível em: <http://web3.cefetcampos.br/aquicultura/seminarionacional/TCT%2002_2006.pdf/view>. Acesso em: 12 nov. 2008a.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap-PR). **Instrução Normativa n. 18, de 25 de agosto de 2006. Altera o Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel adquirido para o abastecimento de embarcações pesqueiras nacionais e dá outras providências.** Disponível em: <http://200.198.202.145/seap/html/PARA%20SITE/IN%202006/PDFs/IN_18_Oleo%20diesel.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2008b.

O POTENCIAL BRASILEIRO PARA A AQUICULTURA. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/aquiculturampa/informacoes/potencial-brasileiro>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

FAO – Pesca e Departamento da Aquicultura, O Estado Mundial da Pesca e da Aquicultura - 2008 SOFIA. Disponível em: <<http://www.fao.org>> acesso em: 09 jul. 2009.

Ministério da Pesca e Aquicultura. Estrutura. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/estrutura>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

O TERMINAL. Disponível em: <<http://www.terminalpesqueiro.com.br/site/o-terminal>>. Acesso em: 02 jul. 2014.

ANEXO I

1. Nome:			
2. Idade:	3. Estado de origem:	4. Município de origem:	
5. Escolaridade: () Fundamental incompleto () Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo () Superior incompleto () Superior completo			
6. Participa de colônia, sindicatos, associação ou cooperativas de pescadores? () SIM () NÃO			
Se sim, qual? E se obteve algum benefício (profissional) com a participação?			

PESQUISA DE CAMPO - GESTOR

DATA: _____ / _____ / _____

2 – QUESTIONÁRIO

9. Quais políticas/programas o governo federal realizou ou pretende realizar especificamente orientada aos pescadores? Dado o atual quadro da pesca local, qual(is) sugestão(ões) de políticas (cursos, treinamentos, facilidade de crédito, etc.) seriam mais pertinentes ao momento?

11. Quais suas considerações em relação ao atual cenário da pesca artesanal no Brasil?

12. Do ponto de vista da gestão, seria importante estabelecer mais parcerias ou maior atuação do governo via incentivos na pesca local? (Estabelece graus; pouco relevante ou muito relevante). Por que é pouco ou muito relevante? Algum problema específico?

13. Os pescadores conhecem os programas Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha, Programa Pescando Letras, Projeto Garças, Subsídio ao Óleo Diesel, Profrota Pesqueira, Feira do Peixe, etc.? Se não, o que poderia ser o motivo do desconhecimento?

14. Qual a relação das gestões (diretoria do terminal pesqueiro) com estes projetos? Participam? Financiam?

ANEXO II

PESQUISA DE CAMPO

DATA: ___/___/___

PESCADOR E AQUICULTOR

I - IDENTIFICAÇÃO

6. Nome:		
7. Idade: _____	8. Estado de origem: _____	9. Município de origem: _____
10. Escolaridade: <input type="checkbox"/> Analfabeto <input type="checkbox"/> (a) <input type="checkbox"/> Só assina o nome <input type="checkbox"/> Fundamental incompleto <input type="checkbox"/> Fundamental completo <input type="checkbox"/> Médio incompleto <input type="checkbox"/> Médio completo <input type="checkbox"/> Superior incompleto <input type="checkbox"/> Superior completo		
11. Estado civil: <input type="checkbox"/> Casado <input type="checkbox"/> Solteiro <input type="checkbox"/> Divorciado <input type="checkbox"/> Outro	12. Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	8. Número de filhos:
9. Qual a sua renda mensal com a atividade de pesca? <input type="checkbox"/> 1 salário mínimo <input type="checkbox"/> 1 a 2 salários mínimos <input type="checkbox"/> 2 a 3 salários mínimos <input type="checkbox"/> outro: _____		
10. Participa de colônia, sindicatos, associação ou cooperativas de pescadores? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se sim, qual? E se obteve algum benefício com a participação?		

II – PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

11. Quantos quilos de peixe é pescado aproximadamente por mês?		
Algo está atrapalhando/faltando à produção de pescado?		
12. O barco em que trabalha é: <input type="checkbox"/> Próprio <input type="checkbox"/> Emprestado <input type="checkbox"/> Alugado <input type="checkbox"/> Outro		
13. Forma de venda da produção: <input type="checkbox"/> Diretamente <input type="checkbox"/> Atravessador		
13.1 Se for atravessador , ele faz parte de colônia, sindicato, associação ou cooperativa de pescadores? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
14. Destino das vendas:		

<input type="checkbox"/> No próprio município	<input type="checkbox"/> Município vizinho	<input type="checkbox"/> Outro Estado
<input type="checkbox"/> Outro País		<input type="checkbox"/> Indústria
15. Qual tipo de mão de obra é mais viável em termos de custo de produção?		
<input type="checkbox"/> Familiar	Por quê?	
<input type="checkbox"/> Assalariado		
permanente		
<input type="checkbox"/> Assalariado		
temporário		
<input type="checkbox"/> Arrendatário		
<input type="checkbox"/> Parceiro		
<input type="checkbox"/> Outro		

III – RELAÇÃO COM PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL -
INFRAESTRUTURA

16. Tem atividades ligadas diretamente ao Terminal Pesqueiro de Cabedelo/PB ?
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> NÃO SABE O QUE É
Se sim, qual sua avaliação para o terminal:
<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Ótimo
Se ruim , por quê?
17. Participa de atividades ligadas ao Projeto Garças ?
<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> NÃO SABE O QUE É
Se sim, qual sua avaliação do projeto:
<input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Ótimo
Se ruim, por quê?

IV – RELAÇÃO COM PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL – EDUCACIONAL

18. Participa de atividades ligadas ao **Centro de Formação em Pesca e Cultura Marinha no IFPB?**

SIM NÃO NÃO SABE O QUE É

Se sim, qual sua avaliação para o centro:

Ruim Razoável Ótimo

Se **ruim**, por quê?

19. Participa do projeto **Pescando Letras?**

SIM NÃO NÃO SABE O QUE É

Se sim, qual sua avaliação do projeto:

Ruim Razoável Ótimo

Se **ruim**, por quê?

20. Possui cursos de pesca ou aquicultura: SIM NÃO

Se sim, qual e em que instituição de ensino?

Tem algum interesse? Especificamente, qual tipo de curso?

21. Obteve algum treinamento de pesca ou aquicultura: SIM NÃO

Se sim, qual e em que instituição de ensino?

Tem algum interesse? Especificamente, qual tipo de curso?

V – RELAÇÃO COM PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL – INCENTIVOS (SUBSÍDIO)

22. Participa do programa **Ampliação do Subsídio ao Óleo Diesel?**

SIM NÃO NÃO SABE O QUE É

Se sim, qual sua avaliação do programa:

Ruim Razoável Ótimo

Se **ruim**, por quê?

23. Participa do projeto **Recifes Artificiais Marinhos: Mecanismos de Exclusão de Arrasto e Recrutamento de Lagosta?**

SIM NÃO NÃO SABE O QUE É

Se sim, qual sua avaliação do projeto:

Ruim Razoável Ótimo

Se **ruim**, por quê?

24. Participa do **Programa Nacional de Financiamento de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira (Profrota Pesqueira)?**

SIM NÃO NÃO SABE O QUE É

Se sim, qual sua avaliação do programa:

Ruim Razoável Ótimo

Se **ruim**, por quê?

25. Participa do **Projeto: Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado Proveniente da Pesca Artesanal?**

SIM NÃO NÃO SABE O QUE É

Se sim, qual sua avaliação do projeto:

Ruim Razoável Ótimo

Se **ruim**, por quê?

26. Participa do **Programa Feira do Peixe?**

SIM NÃO NÃO SABE O QUE É

Se sim, qual sua avaliação do programa:

() Ruim () Razoável () Ótimo

Se **ruim**, por quê?

VI – DADOS COMPLEMENTARES

27. Em período de defeso (quando não se pode pescar):

Procura trabalho em outra atividade? () SIM () NÃO

Procura trabalho em outras regiões? () SIM () NÃO

Se sim, em qual
região/atividade: _____

Se sim, por quanto
tempo? _____

28. Fatores que prejudicam a produção:

() Escassez de insumos utilizados

() Preços elevados de insumos

() Problemas de acesso ao crédito

() Problemas de armazenamento

() Escassez de mão de obra

() Necessidade de treinamento da mão de obra

() Escassez de maquinaria

() Escassez de meio de transporte

() Falta de acesso a novas tecnologias

() Falta de acesso as informações relacionadas as suas atividades

() Necessidade de assistência técnica

() Necessidade de treinamento gerencial

() Outros

fatores: _____

29. Comentários sobre os principais problemas do setor de pesca em que você trabalha?

30. Qual sua opinião em relação à maneira em que o governo federal, estadual ou municipal trata os pescadores?

31. Qual setor necessita de melhoria ou adaptação para se adequar melhor aos pescadores?
